

Senadores votaram 327 propostas no mês de abril

O Senado votou, em abril, 327 proposições. O número, considerado expressivo para apenas um mês de atividades, consta de balanço feito pela Secretaria Geral da Mesa. Grande parte das matérias é constituída de propostas aprovadas e enviadas à promulgação.

Página 6

Audiência vai debater o orçamento impositivo

Emendas de Plenário à proposta do orçamento impositivo devem ser debatidas em audiência pública amanhã na Comissão de Justiça. Foram convidados o governador de Minas, Aécio Neves, e os prefeitos do Rio, César Maia, e de Belo Horizonte, Fernando Pimentel.

Página 7

Comissão discute política industrial com ministro

A política industrial e seus efeitos regionais devem ser debatidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em audiência na quinta-feira, às 10h. Foi convidado o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Página 3

Reajuste nas tabelas do IR pode ser votado hoje

Após a votação da medida provisória, o Plenário deve analisar sete propostas de emenda à Constituição e o projeto que dispõe sobre o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social e seu conselho gestor

Página 3



Célio Azevedo

RECONHECIMENTO Representantes de centrais sindicais e de aposentados participam da sessão especial, no Plenário, em homenagem ao Dia do Trabalho

Na homenagem ao trabalhador, senadores analisam a reforma

As mudanças na área trabalhista, iniciadas pela proposta de reforma sindical, foram debatidas ontem na sessão especial em homenagem ao Dia do Trabalho. Paulo Octávio

observou que a proposta abrange quebra da unicidade sindical e alterações na sustentação financeira das entidades. Papaléo Paes afirmou que a reforma não pode eliminar direitos dos

trabalhadores. Cristovam Buarque defendeu mudança no próprio conjunto dos trabalhadores. Segundo ele, os sindicatos passaram a dedicar-se mais aos grupos de trabalhadores modernos

e incluídos, esquecendo os excluídos. Homenagearam os trabalhadores também os senadores Paulo Paim, Tião Viana e Geraldo Mesquita Júnior e a senadora Lúcia Vânia.

Páginas 4 e 5

Papaléo quer programa para controle de infecções

Projeto do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) obriga os serviços de saúde a manterem programa de controle de infecções, com o objetivo de prevenir a incidência deste grave problema durante a permanência do paciente nas unidades.

Pelo projeto (PLS 124/04), os estabelecimentos serão classificados em serviços de baixo, médio e alto risco, de acordo com os riscos e a gravidade das infecções decorrentes dos procedimentos que executam. A concessão ou renovação de autorização para o funcionamento de qualquer serviço ficará condicionada à aprovação de seu programa de controle de infecções pelo órgão de vigilância sanitária competente.

Na justificativa, Papaléo argumenta que a infecção é a mais freqüente e grave complicação que acomete pacientes hospitalizados. "Uma infecção hospitalar acrescenta, em média, cinco a dez dias ao período de internação, eleva os custos e se constitui em importante causa de morte durante a internação", afirma o senador.

Papaléo cita projeto do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) de Atlanta, nos Estados Unidos, o qual aponta que cerca de 30% das infecções hospitalares podem ser prevenidas. Ele destaca ainda levantamento do Ministério da Saúde, segundo o qual a taxa de infecção hospitalar em hospitais terciários no Brasil foi de 15,5%, com destaque para as unidades de terapia intensiva e de queimados.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Agenda

Plenário retoma análise do reajuste da tabela do IR

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores retomam análise do projeto (PLV 5/05) originado da Medida Provisória 232, que corrige em 10% a tabela de cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O

texto trunca a pauta de votações do Plenário. Durante a hora do expediente, destinada aos pronunciamentos, os parlamentares celebram os 40 anos da Rede Globo de Televisão.

Incentivo a emprego para maiores de 40

O projeto que concede incentivos fiscais às empresas com empregados com mais de 40 anos, uma medida para frear o desemprego nessa faixa etária, é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. O colegiado ouve o secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Remígio Todeschini. Na segunda parte da reunião, a CAE analisa proposta que prevê a repactuação de dívidas de operações de crédito rural (PLS 517/03).



Audiência debate álcool na mídia

O Conselho de Comunicação Social promove audiência pública, às 14h, para discutir as normas para as propagandas de bebidas alcoólicas. Foram convidados os presidentes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani, e do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Milton Seligman, além do diretor-executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Edney Narchi, e do psicólogo Ricardo Moretzsohn.

Projeto incentiva criação de salas de cinema

O primeiro item da pauta da Comissão de Educação (CE), marcada para as 11h, é o projeto que concede benefícios fiscais às doações ou aos patrocínios destinados à cons-

trução de salas de cinema nos municípios com menos de 100 mil habitantes (PLS 298/04). A intenção é incentivar o acesso das cidades menores às salas de cinema.

Estímulo às fontes de energia não poluentes

Está em discussão na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 14h30, o projeto que cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (Proisol). A medida (PLS 5/05) tem o objetivo de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, de acordo com as metas do Protocolo de Kyoto.



Infra-estrutura obrigatória

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove reunião para votar quatro itens, entre eles requerimento de audiência e o projeto (PLS 288/04) que obriga a implantação plena de infraestrutura básica antes de parcelamento do solo para fins urbanos.

Reunião da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, às 15h, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão e ofícios com relatórios de atividades de fundos constitucionais. Às 10h, será instalada a subcomissão para elaborar propostas de reforma ao Regimento Interno da Casa.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



GARANTIA Para Crivella, conta de residente no exterior pode ser na moeda do país onde mora a pessoa

Projeto de Crivella cria a Poupança Emigrante

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) defende projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE). A proposta (PLS 174/2004) permite ao brasileiro residente no exterior manter, aqui no Brasil, uma conta bancária na moeda estrangeira em que for feito o depósito.

A abertura da conta depende de comprovação, perante autoridade diplomática ou consular brasileira, de que o titular exerce atividade remunerada no estrangeiro e que lá reside há pelo menos seis meses. A conta – cujos dados precisam ser renovados anualmente – pode ser conjunta com residente no Brasil e terá rendimento de poupança, de 0,5% ao mês.

Na justificativa da proposta, o autor argumenta ser praticamente impossível para emigrantes ilegais ter conta em banco no país de residência, fato que os obriga a acumular sua poupança de forma precária, "embaixo do colchão". Lembra também que a alternativa atual, de depósito em instituição financeira nacional em reais, "não vale a pena, pois uma crise cambial no Brasil, com a desvalorização do real, significaria uma grande perda para o poupador emigrante".

A poupança, diz Crivella, tem a vantagem de aumentar o fluxo de divisas para o Brasil e melhorar a perspectiva de vida do emigrante. Isso porque, após 36 meses de conta, ele poderá obter junto ao FEE um crédito de até duas vezes o valor do saldo médio para investir em negócio próprio no Brasil, limitado a R\$ 100 mil. O senador informa que a Poupança Emigrante já é um sucesso em Portugal. A proposta tem decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Furlan discutirá política industrial com senadores

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realizará, na quinta-feira, às 10h, audiência pública para debater a "Política industrial e seus efeitos regionais". Para discutir o assunto, foi convidado o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

O debate faz parte da pauta definida pelo presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que procura formular uma política de desenvolvimento regional e fortalecer a atuação das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). A recriação desses órgãos foi anunciada no ano passado pelo governo federal.

Para se pronunciar sobre a

Sudene e a Sudam, já participaram de debates promovidos pela comissão Paulo Haddad, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, Walfrido Salmito, ex-superintendente da Sudene, e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que apresentou os fundamentos para a recriação das agências de desenvolvimento regional.

Já o ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, e o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, participaram de audiência para debater a crise enfrentada pelas companhias aéreas. Em outra ocasião, o ministro do Turismo voltou à comissão para expor os programas de turismo do governo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



PAUTA Além do projeto de reajuste do IR, o Senado poderá analisar sete propostas de emenda à Constituição

Reajuste nas tabelas do IR deve ser votado hoje

■ A matéria não pôde ser examinada na quinta-feira passada por falta de acordo entre os líderes

O Senado poderá votar, hoje, o projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória que visa reajustar as tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física (MP 232/04).

A matéria continua trancando a pauta de votações do Plenário, por ter sido assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, há mais de 45 dias. O projeto (PLV 5/05) reajusta em 10% as tabelas de retenção do imposto na fonte e da declaração anual, e vigora desde o começo do ano. A matéria estava na pauta do Plenário da quinta-feira passada, mas não pôde ser examinada por falta de acordo entre os líderes partidários.

Pouco antes de ser votada na Câmara dos Deputados, e diante da possibilidade de derrota do governo, o presidente da República editou a MP 243/05, revogando a maior parte da MP 232/04. Esta última manteve apenas os artigos que tratam do reajuste das tabelas do Imposto de Renda. As partes que tratavam do aumento de impostos para compensar o reajuste do IR foram eliminadas do texto e inseridas na MP 243, em fase inicial de tramitação.

Apesar do adiamento, não deverá haver problemas para a votação do projeto. Assim que for aprovado, o Plenário examinará outras matérias, entre as quais sete propostas de emenda à Constituição (PECs).

Antes de reiniciar as votações, o Senado, na primeira parte da sessão deliberativa de hoje, homenageará a Rede Globo de Televisão pela passagem de seus 40 anos de criação. O requerimento é encabeçado pelo sena-

dor Romeu Tuma (PFL-SP).

Habitação

Logo após a apreciação do PLV do Imposto de Renda, o Plenário pode votar o Projeto de Lei da Câmara 36/04, que dispõe sobre o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu conselho gestor.

Também hoje, o Plenário poderá dar seqüência à tramitação de várias propostas de emenda constitucional, entre as quais a PEC 57/03, que institui o Plano Nacional da Cultura, que terá sua terceira e última sessão de discussão em segundo turno e poderá ir a votação, se não sofrer emendas. Outra medida provisória na pauta é a 31/00, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que institui a licença-maternidade para mulheres que adotarem crianças.

Parcelamento de lotes do Pronaf pode ser permitido

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se amanhã, às 9h, para apreciar, entre outras proposições, o projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera o Estatuto da Terra, de forma a permitir o parcelamento de lotes destinados ao Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf).

O relator do projeto (PLC 31/04), senador Osmar Dias (PDT-PR), ressaltou a importância social das mudanças previstas, porque os assentamentos que serão beneficiados contribuem para o desenvolvimento da agricultura. Ele disse que haverá resultados positivos no "crescimento econômico e na geração de emprego e renda para as comunidades beneficiadas".

Com emenda do relator, senador Pedro Simon (PMDB-



ALTERAÇÃO Para Osmar Dias, mudança no Estatuto da Terra vai beneficiar quem vive da agricultura

RS), também entra em pauta na CRA projeto de lei da Câmara (PLC 6/03) que altera o sistema de administração das cooperativas. A emenda de Simon determina que cada cooperativa seja fiscalizada por um conselho fiscal, eleito anualmente em assembléia geral dos associados.

Restrição só atinge bebidas fortes

Atualmente, apenas a propaganda de bebidas fortes (acima de 13° Gay-Lussac) sofre restrição legal de horário. Cervejas, vinhos e bebidas do tipo ice podem veicular seus reclames em horário nobre ou até infantil.



Conselho de Comunicação analisa propaganda de bebida alcoólica

O Conselho de Comunicação Social dará continuidade, hoje, a partir das 14h, ao debate sobre a propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação. Para falar sobre o assunto, foram convidados José Inácio Pizani, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Milton Seligman, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv); Edney Narchi, diretor-exe-

cutivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar); e o psicólogo Ricardo Moretzsohn. Para discutir o tema, os conselheiros já realizaram duas outras reuniões, em que foram destacadas a importância de o governo implementar uma política restritiva em relação à propaganda do álcool e a dificuldade de impor uma legislação sobre o assunto por causa do lobby das indústrias do setor.



Os parlamentares se reuniram ontem para celebrar o Dia Mundial do Trabalho, em sessão especial convocada por requerimento do senador Paulo Paim. Participaram como convidados representantes de centrais sindicais e de aposentados

Senado faz homenagem aos trabalhadores

O Senado Federal realizou, na manhã de ontem, sessão especial em homenagem aos trabalhadores pela passagem do Dia Mundial do Trabalho, comemorado na véspera. A homenagem aconteceu a pedido do senador Paulo Paim. Representantes de centrais sindi-

cais e de aposentados ocuparam as cadeiras do Plenário e os assentos destinados à Mesa diretora durante a sessão especial e receberam, em nome de todos os trabalhadores, congratulações dos parlamentares. O primeiro senador a discursar foi Papaléo

Paes. Em seguida, Paulo Paim lembrou que os trabalhadores brasileiros já conseguiram uma grande vitória: trazer para a Presidência da República o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. O senador fez questão de destacar, no entanto, que ainda há muito a conquistar.

Papaléo diz que reforma precisa manter direitos

Primeiro orador da sessão realizada ontem pelo Senado para homenagear o trabalhador pela passagem do Dia Mundial do Trabalho, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que a reforma trabalhista estudada pelo governo não pode implicar apenas reversão dos direitos dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos.

– O próprio presidente da República, durante a abertura da reunião da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, defendeu a necessidade de mudanças na proposta original. Aguardemos, mas sem descuidar do valioso patrimônio que gerações de trabalhadores garantiram à custa de muita luta e coragem – afirmou o senador.

Numa análise da proteção social do trabalho, Papaléo reconheceu que, desde os direitos assegurados por Getúlio Vargas, o Brasil avançou muito. Mas lembrou que se vive hoje um impasse. Para ele, a questão do trabalho tornou-se um dos desafios do mundo globalizado.

– As mudanças sociais e econômicas se dão em ritmo cada vez mais acelerado, em decorrência das transformações tecnológicas, dos ganhos de *performance* administrativa e da globalização, entre outros fatores – destacou.

O senador afirmou ainda que são



Fotos: Célio Azevedo

TENDÊNCIA Segundo Papaléo, o trabalho se tornou um dos desafios do mundo globalizado

outras as relações entre empregados e patrões hoje em dia, visto que os setores produtivos e financeiros sofisticaram-se ao extremo. Também observou que tudo isso teve seu preço, contribuindo para aumentar os índices de desemprego. De acordo com o parlamentar, a força de trabalho mundial é de cerca de 4 bilhões de pessoas, mas não há possibilidade de trabalho para todas elas.

Papaléo Paes observou ainda que a taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas seis principais regiões metropolitanas, subiu para 10,8% em março. Assim mesmo, ele salientou, “há quem diga que esse índice não sinaliza tendência significativa de alta”. Para o senador, o número traduz “sofrimento e penúria para milhões de brasileiros”.

Mesquita Júnior cobra salário mínimo melhor

Ao discursar na sessão solene do Dia do Trabalho, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou haver pouco a comemorar. Ele considerou “insuficiente” o reajuste concedido ao salário mínimo, que, conforme lembrou, corresponde a R\$ 1,33 por dia. Segundo o parlamentar, esse valor não paga sequer uma passagem de ida ao trabalho dos 34 milhões de trabalhadores do país que fazem a jornada a pé, por falta de recursos.

O senador cobrou do governo as promessas, segundo ele não cumpridas, de dobrar o valor aquisitivo do salário mínimo em quatro anos, de assentamentos para os trabalhadores sem-terra e de programas de habitação popular para os sem-teto.

Para Mesquita Júnior, é preciso reconhecer que os trabalhadores urbanos brasileiros dispõem, nos dias de hoje, de mais força e capacidade de mobilização para defender seus direitos. “Sua capacidade de luta foi reforçada depois da redemocratização proporcionada pela Constituição em vigor”, disse.

Ele lembrou, porém, a existência de “levas de trabalhadores” sem-terra, acampados às margens das rodovias em quase todo o Brasil, que ainda aguardam que lhes sejam assegurados o direito de



DESPREZO Mesquita Júnior afirma que o trabalhador brasileiro tem pouco a comemorar

acesso à terra e condições dignas para viver e cooperar com o desenvolvimento da agricultura.

Mesquita Júnior recordou os 5 milhões de trabalhadores sem-teto, que não recebem atendimento de saúde ou saneamento básico, bem como aqueles que estão submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão.

Segundo o senador, é indispensável redimir do esquecimento e da marginalidade os milhões de brasileiros que clamam por trabalho.

– Eles pedem, no Dia do Trabalho, o acesso a esse direito, que, inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, subscrita pelo Brasil, assegura a todos o elementar direito de trabalhar com dignidade – concluiu o parlamentar.



REFLEXÃO Para Paim, o Dia do Trabalho deve servir para analisar conquistas alcançadas

Paim condena o trabalho escravo e infantil e a desigualdade social

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para a realização da sessão em homenagem ao Dia Mundial do Trabalho, afirmou que é preciso refletir sobre o que os trabalhadores pensam, sonham, querem e não querem.

– Nós sonhamos com a data em que o 1º de Maio se torne não um dia de festa ou de protesto, mas sim de reflexão sobre as conquistas alcançadas pelos trabalhadores – afirmou.

O parlamentar lembrou que o Brasil foi o último país a abolir a escravatura, mas que a verdadeira carta de alforria não veio em 13 de maio de 1888, já que

o Brasil ainda figura na Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um dos países que convivem com o trabalho escravo e infantil.

– A melhor forma de homenagear o trabalhador, em nome das gerações passada, presente e futura, é vocês deliberarem de forma urgente sobre o Estatuto da Igualdade Racial – disse aos senadores, ao lembrar ainda que há outros estatutos que também precisam ser aprovados. Ele citou como exemplo o do Índio, o das Mulheres e o das Pessoas com Deficiência.

Homenagear o trabalhador também

é, segundo Paim, implementar a reforma agrária, diminuir a taxa de juros, investir na produção e no emprego e dizer não à especulação financeira. O senador acrescentou que homenagear o trabalhador é elevar o salário mínimo e garantir o mesmo percentual de reajuste aos aposentados e pensionistas.

– Homenagear o trabalhador é instalar a comissão mista aprovada pelo Congresso Nacional que pode assegurar uma política de reajuste permanente e decente para o salário mínimo e para os benefícios dos aposentados e pensionistas – destacou.



Tião Viana lembra a difícil caminhada do trabalhador brasileiro, Paulo Octávio vê oportunidade de debates sobre mudanças, Lúcia Vânia destaca avanços da Constituição de 88 e Cristovam Buarque defende melhores salários

Paulo Octávio: data é oportuna para o debate de mudanças

Fotos: Célio Azevedo



REFORMA Proposta fortalece organização sindical vertical, afirma Paulo Octávio

Ao saudar os trabalhadores e suas lideranças pela passagem do Dia Mundial do Trabalho, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a data é oportuna para o debate sobre as mudanças necessárias na área trabalhista. Ele destacou que o Congresso está analisando a proposta de reforma sindical encaminhada pelo governo no mês de março.

O senador afirmou que, em linhas gerais, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369/05 abrange a quebra da unicidade sindical e a mudança nas estruturas relativas à sustentação financeira das entidades. Para o parlamentar, o modelo fortalece uma organização sindical vertical.

Paulo Octávio fez um histórico da instituição da data, lembrando que tudo começou em 1º de maio de 1886, em Chicago (EUA), com uma greve que mobilizou mais de 350 mil trabalhadores. A reação das autoridades governamentais, alinhada à vontade patronal, foi de grande violência, levando à execução

sumária de vários trabalhadores que participaram do movimento, relatou o parlamentar.

– Em memória desses e de outros mártires do movimento trabalhista, foi instituído, durante um congresso em Paris, no ano de 1889, o dia 1º de maio como o Dia Mundial do Trabalho.

O senador disse que, no domingo, correu cerca de 5 quilômetros em uma prova comemorativa e participou de almoço na cidade de Sobradinho (DF) em homenagem ao trabalhador.

Para Viana, causa do trabalhador deve ser a causa da nação

Ao encerrar a sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Trabalho, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), fez apelo para que a causa do trabalhador brasileiro seja também a causa da nação e do Estado brasileiro.

– Que o Estado brasileiro seja permanentemente capaz de reconhecer e compreenda a difícil caminhada do trabalhador brasileiro, cujas conquistas têm sido tão difíceis quanto a passagem por um buraco de agulha – pediu.

Tião Viana juntou-se aos demais oradores que elogiaram o senador Paulo Paim (PT-RS).

– Quero transmitir uma justa homenagem da Mesa do Senado Federal ao missionário que é o senador Paulo Paim. Não tenho dúvidas que daqui a cem anos ele será lembrado como um apóstolo do Parlamento e do trabalhador brasileiro – disse.

Tião Viana agradeceu a presença, na sessão, do coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Moacir Ro-



LUTA "Conquistas têm sido tão difíceis quanto a passagem por um buraco de agulha", diz Viana

berto Tesch Auersvald; do presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, João Rezende Lima; e do vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Ubiraci Dantas de Oliveira.

Antes da execução do Hino Nacional, o parlamentar recordou trecho da música *Guerreiro menino*, de autoria de Gonzaguinha: "Seu sonho é sua vida, e vida é trabalho. E sem o seu trabalho, o homem não tem honra, e, sem a sua honra, se morre, se mata".



DIREITO Lúcia Vânia aponta como uma vitória da categoria programa contra trabalho infantil

Lúcia Vânia lembra conquistas obtidas pelas mulheres

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no governo passado, como uma das conquistas do trabalhador brasileiro. Secretária Nacional de Assistência Social na primeira gestão do governo Fernando Henrique, ela lembrou que, naquele período, contou com o apoio de sindicatos e organizações não-governamentais (ONGs) de defesa da criança para aprovar e executar o projeto.

Ao fazer um relato das conquistas trabalhistas desde a Revolução de 30, a senadora citou a Constituição de 1988 como o último grande passo na instituição de normas que favorecem o trabalhador. "Diversos direitos assegurados pela CLT e por outras leis foram constitucionalizados, o que impediu, e impede, a banalização das tentativas de mudança nos direitos trabalhistas."

Lúcia Vânia enumerou algumas inovações da Constituição de 1988, como o abono de férias, a licença-paternidade e o adicional mínimo de 50% sobre horas extras.

– Além disso, a licença-maternidade, que era de três meses, foi ampliada para quatro, em atendimento às justas reivindicações das mulheres brasileiras, historicamente sobrecarregadas pela sobreposição do trabalho com os afazeres domésticos.

Lúcia Vânia observou que a Constituição garantiu incentivos ao trabalho feminino e direitos aos trabalhadores domésticos – mulheres em sua maioria –, que "quase não gozavam de proteção legal". Mas salientou que as mais significativas vitórias do trabalhador brasileiro se deram durante a Era Vargas.

– Os trabalhadores, no entanto, ainda convivem com o desemprego e com o subemprego; com o nível de renda decrescente e com a informalidade, que não pára de crescer – lamentou.



DÍVIDA Para Cristovam Buarque, ainda resta muito a fazer em benefício dos trabalhadores

Cristovam propõe uma revolução nas prioridades

Já se passaram 110 anos desde a primeira vez em que se comemorou no Brasil o Dia do Trabalho, disse o senador Cristovam Buarque (PT-DF), para quem ainda resta muito a fazer em benefício dos trabalhadores. Ao defender uma "revolução nas prioridades nacionais", ele observou que 70 milhões de pessoas permanecem "esquecidos da República" e pediu que os recursos públicos sejam aplicados, com responsabilidade fiscal, na ampliação do acesso a bens e servi-

ços essenciais para toda a sociedade.

– O Brasil não ofereceu até hoje aos seus trabalhadores a educação de que eles e seus filhos precisam; nem um sistema de saúde que lhes atenda quando necessitam; uma habitação digna, com água potável, coleta de lixo e esgoto; um sistema de transporte cômodo e eficiente. Não lhes oferece cultura, segurança, renda satisfatória.

Cristovam sugeriu que o Dia do Trabalho seja o momento para que o país assuma compromissos com o que falta fazer em benefício da parcela mais pobre da população. Ele pediu a realização da reforma agrária e o fim do analfabetismo, que ainda atinge de 15 milhões a 20 milhões de brasileiros. Defendeu ainda a federalização da educação básica, para que a escola seja "igualitária aos filhos de todos os trabalhadores".

Por fim, o senador solicitou mudança política no próprio conjunto dos trabalhadores. A seu ver, os sindicatos e centrais sindicais passaram a dedicar-se mais a lutar pelos grupos de trabalhadores "modernos, incluídos", esquecendo-se dos trabalhadores mais pobres, "excluídos da modernidade e esquecidos na miséria".

– Os direitos dos trabalhadores passam por salários melhores que lhes permitam apropriar uma parcela maior da renda nacional, mas passa, sobretudo, por uma revolução nas prioridades do uso do orçamento público – sustentou.



Evento na biblioteca da Casa marca comemorações do Dia do Trabalho



Gerardo Magella

ELOGIO Serys, ao lado de João Carlos Zoghbi, Agaciel Maia, Ezequiel Nascimento e Simone Bastos, destaca o compromisso dos funcionários da Casa

Senado destaca qualidade do trabalho de seus servidores

O Senado prestou homenagem ontem aos servidores pela passagem do Dia Mundial do Trabalho, comemorado no último domingo, com uma apresentação de música e dança na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. O diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, fez um retrospecto da história do Senado e ressaltou o papel dos servidores nas conquistas alcançadas. Ele lembrou que no ano passado, em palestra no Interlegis, representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) consideraram o Senado brasileiro um dos três mais modernos do mundo.

– As conquistas são fruto de uma preocupação constante com nossos recursos huma-

nos. Os servidores do Senado são profissionais, dedicados, responsáveis – observou.

No evento, apresentaram-se a cantora Cássia Portugal e os dançarinos do Grupo Brasilidade, da Academia Estilo e Dança de Brasília. Presente à solenidade, Serys Shessarenko (PT-MT) parabenizou os servidores do Senado.

– Os servidores desta Casa têm comprometimento e competência técnica – elogiou.

Também participaram do evento o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, a diretora da biblioteca do Senado, Simone Bastos, e o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo e do TCU, Ezequiel Nascimento.

Roseana quer salário-família para domésticos

Os empregados domésticos poderão ter direito ao salário-família caso seja aprovado projeto de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA). A matéria (PLS 215/04) prevê que a categoria receberá o benefício nos casos previstos em lei. Atualmente, o valor da cota do salário-família por filho é de R\$ 20 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 390.

Para os que possuem remuneração superior a esse valor e recebam até R\$ 586,19, a ajuda é de R\$ 14,09. O salário-família, instituído em 1963, é pago sob a forma de uma cota percentual, calculada sobre o valor do salário mínimo local.



DIREITO Projeto de Roseana estende ao empregado doméstico benefício garantido aos demais trabalhadores

As cotas não se incorporam, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração devidos aos empregados.

– Não se justifica mais a exclusão de empregados domésticos do benefício que a Constituição garante aos trabalhadores em geral – afirma Roseana.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde está sendo analisado pela relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Senadores votaram em abril 327 proposições

■ Busca de novas regras para edição de MPs permite maior agilidade na tramitação de matérias

Por força de acordos entre partidos governistas e de oposição em torno de compromissos para uma nova forma de tramitação das medidas provisórias, o Senado conseguiu votar, em abril, 327 proposições, número expressivo, tendo em vista que, de 15 de fevereiro, quando foi aberta a Sessão Legislativa, a 31 de março apenas 125 matérias foram apreciadas.

Grande parte das matérias são proposições aprovadas e enviadas à promulgação, totalizando 246. A maioria é composta de projetos de decreto legislativo referentes à concessão ou renovação de canais de telecomunicações – 239. Dos sete restantes, cinco se referem

a autorização de crédito, uma resolução fixa parâmetros para a indicação de membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, e uma última, emenda constitucional (PEC), exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham sedes de municípios.

Medidas provisórias

Em abril, foram votadas ainda quatro medidas provisórias. Uma, transformada em projeto de lei de conversão (PLV), que dispõe sobre o acesso a documentos públicos de interesse particular ou coletivo, seguiu para o Palácio do Planalto para sanção. A que liberou recursos para programas de combate à fome e reforçou a presença de militares brasileiros no Haiti, em missão da ONU, foi enviada à promulgação. Dois PLVs voltaram à Câmara: o que trata do Programa do Biodiesel e o que prorroga prazo para a entrega de armas pelos civis.

Seis projetos de lei aprovados foram enviados à sanção presidencial, sendo um de origem do Executivo, um do Senado, um do Tribunal de Contas da União e três de iniciativa dos deputados. Outras seis proposições foram acolhidas pelos senadores, mas seguiram para discussão na Câmara. Quatro tiveram sua tramitação iniciada no próprio Senado e duas voltaram à Câmara após serem emendadas pelos senadores.

Em abril foram aprovados ainda requerimentos para a criação de três comissões temporárias, incluindo a que está acompanhando a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Também foram acolhidas cinco indicações de chefe de missão diplomática; cinco requerimentos de voto de aplauso, censura ou semelhante; 12 pareceres sobre indicação de autoridades para cargos públicos; entre outros.

Propostas de alteração que tramitam na Casa

Projetos de Resolução	Matéria
5/05	Dispõe sobre a autoria de projetos de lei aos quais tenha sido oferecido substitutivo
6/05	Cria a Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado Federal
7/05	Permite que o suplente vote se o autor da proposição for titular da comissão
8/05	Determina novo critério de distribuição de relatorias nas comissões
8/03 e 15/04	Institui a Ouvidoria Parlamentar
18/03	Altera o artigo 224 e revoga o inciso II, do artigo 225, do Regimento Interno, para permitir que o senador possa fazer indicação ao Poder Executivo
72/03	Acrescenta parágrafo ao artigo 81 do Regimento Interno para explicitar que senador que se desligar do partido perderá o cargo que exerça em qualquer comissão

Comissão irá propor mudanças no Regimento

O Senado instala hoje, às 10h, a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, proposta em requerimento pelo senador Tião Viana (PT-AC), já aprovado pelo Plenário.

O colegiado irá analisar todos os projetos de resolução que alteram artigos, parágrafos e incisos do Regimento Interno, atualmente em tramitação na Casa. Na mesma reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão, que será composta por cinco titulares – já definidos os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Papaléo Paes (PMDB-AP),

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Augusto Botelho (PDT-RR) – e cinco suplentes. Tião Viana, primeiro vice-presidente, será o representante da Comissão Diretora.

O novo colegiado terá 60 dias para apresentar um substitutivo de reforma do Regimento, consolidando cerca de 40 projetos de resolução sobre o assunto. Se aprovado o substitutivo, essa será a primeira grande reforma do Regimento. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por meio do PRS 7/05, propõe

alterações nos artigos 84 e 132 do Regimento, dispondo que competirá ao suplente votar nas reuniões quando o autor da proposição for titular da comissão.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou o PRS 6/05 que trata da criação da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público. “Depois de atuar por 16 anos na respectiva comissão na Câmara dos Deputados, posso afirmar que é imprescindível sua existência para que haja tratamento mais específico das causas trabalhistas, seja no setor privado ou público.”

Célio Azevedo



MISSÃO CRE vai examinar mensagem que indica o ex-ministro José Viegas para ocupar, cumulativamente com a embaixada na Espanha, a de Andorra

Relações Exteriores vota embaixadores e acordos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se nesta quinta-feira, às 10h, para apreciar uma pauta de 14 itens, mensagens presidenciais indicando embaixadores e 11 projetos de decreto legislativo (PDLs) referentes a acordos e convenções assinados pelo governo brasileiro.

Um dos diplomatas indicados é o ex-ministro da Defesa José Viegas Filho, que, se tiver seu nome aprovado pelo Senado, ocupará, cumulativamente com a Embaixada da Espanha, o cargo de embaixador do Brasil no Principado de Andorra. A mensagem de sua indicação é a 93/05.

Outras duas mensagens indicam a diplomata Leda Lúcia Martins Camargo para, cumulativamente com a função que exerce em Moçambique, chefiar as embaixadas na Suazilândia e na República de Madagascar.

Um dos projetos de decreto

legislativo incluídos na pauta da comissão, o de número 129/05, trata de acordo de cooperação firmado entre o Brasil e a França, em 25 de outubro de 2002, visando ao desenvolvimento das utilizações pacíficas da energia nuclear. O parecer do relator, senador Cristovam Buarque (PT-DF), que também é presidente da Comissão de Relações Exteriores, é pela aprovação.

Também está na pauta da CRE o projeto de decreto legislativo (PDL 132/05) referente ao texto da convenção para supressão do financiamento do terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1999, e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001.

A comissão vota ainda o texto da declaração entregue à Secretaria Geral das Nações Unidas, por ocasião da assinatura da citada convenção.

Renan recebe visita do presidente de Angola

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, receberão hoje, às 15h30, no Salão Nobre do Senado Federal, a visita do presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, que se encontra em missão oficial de três dias no Brasil.

Santos veio ao país a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A visita teve início neste fim de semana, em Salvador (BA), onde o presidente angolano recebeu o diploma *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o título de cidadão baiano da Assembléia Legislativa estadual.

A visita de José Eduardo dos Santos foi precedida de dois eventos realizados no mês de abril: a 6ª sessão da Comissão

Mista Brasil-Angola, ocorrida em Brasília, e o Seminário Empresarial sobre Oportunidades de Investimento e o Ambiente de Negócios em Angola, no Rio de Janeiro.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a presença de Santos no Brasil é uma oportunidade a mais para revigorar os contatos entre os dois países, que mantêm relações bilaterais há mais de 30 anos. O Brasil possui investimentos em Angola nos setores de construção civil, energia, extração de diamantes e águas.

O presidente angolano esteve no Brasil pela última vez durante o encontro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que aconteceu em Brasília, no mês de agosto de 2002.

Comissão debate proposta de orçamento obrigatório

■ Emenda de Mercadante, que será examinada amanhã na CCJ, estende medida a orçamentos estaduais e municipais

As quatro emendas oferecidas em Plenário à proposta que torna obrigatória a execução do Orçamento da União serão discutidas em audiência pública amanhã, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Foram convidados para o debate o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e os prefeitos do Rio de Janeiro, César Maia, e de Belo Horizonte, Fernando Pimentel.

Segundo a proposta de emenda constitucional (PEC 22/00) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e que tem como relator o senador César Borges (PFL-BA), a programação prevista na lei orçamentária anual passará a ser de cumprimento obrigatório, "salvo se aprovada, pelo Congresso Nacional, solicitação de iniciativa exclusiva do presidente da República, para cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação".

Roosevelt Pinheiro



DECISÃO PEC de autoria de Antonio Carlos seguirá depois ao Plenário, para votação em primeiro turno

As quatro emendas têm como primeiro signatário o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Entre as sugestões apresentadas por ele, estão a que torna também obrigatórios os orçamentos estaduais e municipais e a que aplica progressivamente a norma do orçamento obrigatório.

Plebiscito

Na segunda parte da reunião, poderá ser examinada uma pauta de 15 itens. O primeiro deles é o Projeto de Decreto Legislativo 1.494/04, de Gerson Camata (PMDB-ES), que estabelece plebiscito sobre diversos temas, como o fim do voto obrigatório. De acordo com substitutivo do relator,

Corte de recursos será discutido hoje na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa hoje, às 15h, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, que explica o contingenciamento (suspensão de gastos) de R\$ 15,9 bilhões feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro, dois meses depois de o Congresso ter aprovado o Orçamento para 2005.

O presidente pondera que foi obrigado a fazer os cortes porque o Congresso havia reestimado a previsão de arrecadação tributária, que pode não se cumprir, tendo em vista mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional. O governo avalia que o contingenciamento equilibra receitas e despesas e permitirá que se alcance a meta de superávit primário de 4,25% do PIB, como estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005.

Ricardo Stuckert/PR



RAZÕES Lula explica, no relatório, que o Congresso havia reestimado previsão de arrecadação tributária

Conforme o relatório, haverá uma diferença de R\$ 4,5 bilhões a menos na receita do Imposto de Produtos Industrializados (IPI), comparando-se a reestimativa do Congresso em dezembro passado e as mais recentes previsões da Secretaria da Receita Federal.

O governo justifica também que haverá gastos adicionais de R\$ 5,6 bilhões, compara-

Jefferson Péres (PDT-AM), a consulta seria realizada no prazo de dois anos e trataria ainda de questões como o financiamento público de campanhas, a reeleição e a recriação do estado da Guanabara.

Outra matéria na pauta da Comissão de Justiça é o Projeto de Lei 62/03, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Na forma de substitutivo oferecido pelo relator, Antonio Carlos Magalhães, a proposta condiciona a interrupção de prestação de serviço por concessionária ou permissionária de serviço público, em virtude de não pagamento de diferenças de contas anteriores, a notificação prévia e à concessão de prazo mínimo de 30 dias ao usuário, para que este regularize a sua situação.

Três requerimentos de informações apresentados por Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, também poderão ser examinados pela CCJ. Por meio dos requerimentos, ele quer saber do Executivo como atuou o Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos, quanto gastou em diárias de 2003 a 2005 o Banco Popular do Brasil e por que – entre outras questões – teria sido criado o novo banco.

dos à sua própria estimativa de despesa feita no fim do primeiro semestre de 2004, quando enviou ao Congresso o Orçamento deste ano. O déficit da Previdência Social, por exemplo, deverá ser de R\$ 3,2 bilhões acima do esperado.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), responsável pela emissão de parecer sobre a Mensagem 21/05, que justifica o contingenciamento, argumenta que o governo não fez cortes definitivos, podendo restaurar as despesas anteriormente previstas. Ela lembra que, em 2004, o governo promoveu contingenciamento em situação semelhante, mas acabou liberando os gastos no segundo semestre, ao confirmar aumento na arrecadação.

Serys, que apresenta parecer favorável à mensagem, sustenta que o Congresso ignorou várias despesas obrigatórias do governo, ao aprovar o Orçamento deste ano.



MORALIDADE Heloísa quer proibir a eleição de parentes como vice de prefeito, governador e presidente

Proposta de Heloísa Helena combate prática do nepotismo

O presidente da República, os governadores e os prefeitos poderão não mais ter como vices a mulher, o marido, os filhos, inclusive adotados, ou os demais parentes consanguíneos e afins até o segundo grau. Se aprovado o Projeto de Lei 117/05, de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), também será vedada a esses familiares

a candidatura a suplente de senador.

A proposta, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem como objetivo combater a prática do nepotismo, ou seja, do favorecimento a parentes.

– Não nos parece aceitável que o voto seja usado para atender a interesses de famí-

lias, numa confusão entre a esfera privada e o Estado – diz a senadora na justificativa do projeto.

Na opinião de Heloísa, a sociedade brasileira tem reagido ao nepotismo, ao clientelismo, ao apadrinhamento político e a outros “vícios típicos da cultura política brasileira”. Uma das saídas seria justamente a

alteração da Lei Complementar 64/90, a chamada Lei das Inelegibilidades.

São parentes consanguíneos até o segundo grau os pais, os filhos, os avós, os netos, os irmãos, os sobrinhos e os tios. São parentes afins até o segundo grau a mulher ou o marido, o sogro, a sogra, o genro, a nora, o cunhado e a cunhada.

Projeto obriga esclarecimentos sobre impostos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou projeto disciplinando as formas de esclarecimento dos consumidores a respeito dos tributos incidentes sobre mercadorias. O projeto regulamenta o parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição. “Estamos convencidos da supremacia do direito do consumidor à informação, que dele não pode continuar a ser sonegada, sejam quais forem os pretextos utilizados”, argumenta o senador.

O texto que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) obriga a União, os estados, o DF e os municípios a divulgarem, até o fim de janeiro de cada ano, tabela contendo os percentuais dos preços que correspondem a tributos de sua competência, para cada mercadoria ou serviço. Os entes da Federação que não cumprirem a obrigação não poderão receber transferências voluntárias de recursos, exceto as destinadas à educação e à saúde.

Para Virgílio, as dificuldades de implantação de normas como essas, pela “complexidade do próprio sistema tributário”, não deve desestimular a adoção de mecanismo que garanta e amplie o direito à informação.



TRANSPARÊNCIA Virgílio propõe a divulgação do percentual de tributos no preço das mercadorias

Empresa com atividade social pode ter vantagens

Projeto de Demostenes Torres fixa novo critério para desempate em licitação: a responsabilidade social

Projeto de lei apresentado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) propõe novo critério para desempate das licitações promovidas pela União, estados e municípios. Se aprovado, terão preferência empresas fornecedoras de bens e serviços que divulguem, periodicamente, demonstrativo de suas atividades de natureza social e ambiental.

A Lei de Licitações, de 1993, estabelece atualmente três critérios para preferência em caso de empate: bens ou serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital



SUSTENTABILIDADE Demostenes também defende preferência a empresa que preserve o ambiente

nacional, bens e serviços produzidos no Brasil e produtos ou serviços prestados por empresas brasileiras.

Demostenes disse que muito se fala sobre responsabilidade social das empresas, mas não há nada na legislação sobre o assunto. O senador lembra

que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) chegou a apresentar, em audiência pública, minuta que estabelecia a obrigatoriedade de divulgação de informações de natureza social, mas optou por não lançar qualquer ato normativo sobre o que se convencionou chamar de balanço social.

Na Câmara dos Deputados, tramita projeto que impõe, para algumas empresas, a obrigatoriedade de elaboração do balanço social, definindo as informações que devem ser prestadas. No entanto, enquanto não se chega a um consenso sobre a questão, Demostenes entende que o Estado deve oferecer alguma vantagem às empresas que executam atividades sociais e ambientais. A proposta já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Antero: fim da prescrição para crime contra o erário

Tramita no Senado projeto que acaba com a prescrição do direito de lançamento de crédito tributário pelo governo. Mas isso só será válido nos casos em que houver inquérito policial, procedimento investigatório do Ministério Público ou ação penal por ilícito que envolva o tributo devido. O objetivo da proposta, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é evitar que suspeitos de crimes contra a ordem tributária deixem de ser cobrados pelo fisco devido ao fim do prazo legal. A contagem desse prazo, no entanto, passaria a ser computada a partir do momento em que o inquérito

policial, procedimento investigatório ou ação penal tenha sido concluído.

De acordo com a proposta, seriam alterados os artigos 150, 173 e 174 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172). A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seu relator é o senador Valmir Amaral (PMDB-DF).

– A CPI do Banestado, por exemplo, apontou vários suspeitos de crimes contra a ordem tributária que não podiam mais ser executados pelo fisco. Nesses casos, o crime compensa, pois, mesmo com a condenação na Justiça, o indiciado pode usufruir dos seus proven-



RIGOR Projeto de Antero visa evitar que culpados por crime contra ordem tributária escapem do fisco

tos criminosos após cumprir sua pena – diz Antero.

O parlamentar acrescenta que o objetivo do projeto é “desatar as mãos do Estado perante as práticas espúrias de cidadãos inescrupulosos, que muitas vezes agem com o auxílio de funcionários do próprio Estado”.



BENEFÍCIOS Pequenos litígios fiscais teriam rito célere e econômico, argumenta Valadares

Valadares propõe Juizado Especial da Fazenda Pública

Depois da criação dos juizados especiais cíveis e criminais, em 1995, e dos juizados especiais federais, em 2001, está sendo proposta pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a abertura de juizados especiais da Fazenda Pública. O projeto (PLS 118/05) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá votação terminativa.

A competência desse órgão judiciário deverá alcançar causas em que o réu seja pessoa jurídica vinculada aos poderes públicos estadual, municipal, do DF e territórios, como fundações, autarquias e empresas públicas. Poderão recorrer aos juizados especiais da Fazenda Pública pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte que pleiteiem ações com valor máximo de 60 salários mínimos.

– Não se justifica que casos de grande interesse para os que se sentem lesados pela administração pública fiquem excluídos do rito célere e econômico dos juizados especiais. São situações, por exemplo, das multas por infrações de trânsito e de pequenos litígios fiscais, ou ainda sobre questões ligadas a pequenas empresas, como padarias localizadas nas periferias das grandes cidades – argumenta Valadares.